



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**PARECER PRÉVIO Nº 32/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10792/2015.**

**Apenso:** Processo nº 12370/2014.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva.

**4- Exercício:** 2014.

**5- Responsável:** Sr. Luiz Ricardo de Moura Chagas, Prefeito do Município de Rio Preto da Eva e Ordenador de Despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 238/2016 (fls. 1035/1036).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2462/2016-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 1037/1039).

**8- Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**Ementa:** Prestação de Contas Anual.  
Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva.  
Exercício de 2014.

*Emissão de Parecer Prévio. Desaprovação  
das Contas.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO**, recomendando a **Desaprovação das Contas** da Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva, exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Sr. **Luiz Ricardo de Moura Chagas**, nos termos do art. 31, parágrafos 1.º e 2.º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, inciso I, da Lei Complementar n.º 06/91 e art. 1.º, inciso I e art. 29 da Lei n.º 2423/96.

**10- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 07 de Junho de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,  
Edição nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**PARECER PRÉVIO Nº 32/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Relator

**JÚLIO CABRAL**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 32/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2016 -TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE nº 10792/2015.**

**Apenso:** Processo nº 12370/2014.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva.

**4- Exercício:** 2014.

**5- Responsável:** Sr. Luiz Ricardo de Moura Chagas, Prefeito do Município de Rio Preto da Eva e Ordenador de Despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 238/2016 (fls. 1035/1036).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2462/2016-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 1037/1039).

**8- Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**Ementa:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva. Exercício de 2014.

*Contas Irregulares. Multa. Alcance. Glosa. Prazo. Determinação à Origem, à Próxima Comissão de Inspeção e à SEPLENO. Comunicação ao Ministério da Fazenda.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à unanimidade, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**9.1- Julgar Irregular**, nos termos do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, “b” e “c” da Resolução 04/2002-TCE/AM, a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva, exercício de 2014, de responsabilidade do Sr. **Luiz Ricardo de Moura Chagas**, Prefeito e Ordenador de Despesas à época;

**9.2- Aplicar Multa** ao responsável pelas contas, no valor de **R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), relativamente às restrições 01 a 30, 32 a 76 e 78 a 90 listadas no corpo deste Voto, não sanadas, nos termos do art. 54, II, III, IV e VI, da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, I, “a” e “b”, V e VI, da Resolução 04/2002;

**9.3- Considerar** o Sr. **Luiz Ricardo de Moura Chagas** em **Alcance**, no valor total de **R\$ 3.533.230,01** (três milhões, quinhentos e trinta e três mil duzentos e trinta reais e um centavo), com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/20025 – RITEC, relativamente às restrições 33 e 34:



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 32/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2016 -TCE – Tribunal Pleno)**

**9.3.1-** O valor total de **R\$ 2.266.260,13** (dois milhões duzentos e sessenta e seis mil duzentos e sessenta reais e treze centavos), pela não comprovação das despesas com material ou prestação do serviço, referente aos empenhos abaixo:

Empenho	Data	Fonte de Recurso	Credor	Valor
334	06/01/2014	11- FUNDEB 40%	FRANCISCO FRANCIMAR DE BRITO	535.412,00
339	10/01/2014	10- Recursos Próprios	EDSON RAMOS DA SILVA ME	40.709,10
344	13/01/2014	10- Recursos Próprios	VERONICA ALVES DE SOUZA - ME	3.903,00
346	13/01/2014	11- FUNDEB 40%	C R F COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	50.123,81
348	13/01/2014	10- Recursos Próprios	ANTONIO CARNEIRO MAJURUNGA	72.790,79
349	13/01/2014	10- Recursos Próprios	BRASIL AUTO PEÇAS LTDA	27.505,97
508	03/02/2014	11- FUNDEB 40%	ALTO RIO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES	78.000,00
575	12/02/2014	11- FUNDEB 40%	F. DAS CHAGAS MACIEL TRANSPORTES - ME	36.206,66
728	03/03/2014	11- FUNDEB 40%	ALTO RIO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES	79.000,00
771	30/05/2014	28-PNAE/FNDE	Niriane Vieira da Gama	1.250,00
772	20/03/2014	11- FUNDEB 40%	MONTE SERV. DE TRANSPORTE LTDA-ME	126.000,00
773	20/03/2014	11- FUNDEB 40%	N. R. SOUSA BRITO - ME	687.600,00
777	20/03/2014	11- FUNDEB 40%	BRASIL AUTO PECAS LTDA	454.950,00
785	04/04/2014	28-PNAE/FNDE	Josimar Moraes de Lima	625,00
786	17/04/2014	28-PNAE/FNDE	Manoel Luiz de Almeida	1.212,50
787	17/04/2014	28-PNAE/FNDE	Antônio Ricardo Batista Antella	1.695,00
788	17/04/2014	28-PNAE/FNDE	Olavo Francisco Lustosa	625,00
790	17/04/2014	28-PNAE/FNDE	Francisco das Chagas Alves Batista	3.335,00
791	17/04/2014	28-PNAE/FNDE	Pedro Vale dos Santos	3.331,00
793	17/04/2014	28-PNAE/FNDE	João Bento da Costa	1.045,00
794	17/04/2014	28-PNAE/FNDE	Valcilene de Souza Bentes	525,00
795	17/04/2014	28-PNAE/FNDE	Adriana Magalhães de Oliveira	625,00
796	17/04/2014	28-PNAE/FNDE	Rosana Schwab da Silva	630,00
1000	22/04/2014	11-FUNDEB 40%	Adriana Nara Silva dos Santos	25.001,35
1582	26/08/2014	11- FUNDEB 40%	N.R. SOUSA BRITO-ME	34.158,95
<b>TOTAL</b>				<b>2.266.260,13*</b>



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 32/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2016 -TCE – Tribunal Pleno)**

**9.3.2-** O valor total de **R\$ 1.266.969,88** (um milhão duzentos e sessenta e seis mil novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e oito centavos) pela não comprovação da regular execução das despesas referente à aquisição de combustíveis da NE 577, conforme tabela abaixo:

Empenho	Data Pagamento	Fonte de Recurso	Credor	Valor
577	08/08/2014	11- FUNDEB 40%	C R F COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO	100.002,00
577	10/04/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	84.166,00
577	07/05/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	74.180,40
577	02/04/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	72.466,00
577	16/04/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	72.466,00
577	21/05/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	72.466,00
577	04/06/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	72.466,00
577	03/07/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	43.410,60
577	30/04/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	39.575,10
577	15/07/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	37.705,60
577	21/05/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	35.962,97
577	11/06/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	35.000,00
577	13/02/2014	11- FUNDEB 40%	C R F COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	33.733,00
577	13/02/2014	11- FUNDEB 40%	C R F COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	33.733,00
577	14/05/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	31.790,01
577	18/07/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	24.802,07
577	13/02/2014	11- FUNDEB 40%	C R F COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	22.109,00
577	13/02/2014	11- FUNDEB 40%	C R F COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	22.109,00
577	13/02/2014	11- FUNDEB 40%	C R F COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	22.109,00
577	13/02/2014	11- FUNDEB 40%	C R F COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	22.109,00
577	13/02/2014	11- FUNDEB 40%	C R F COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	18.116,50
577	13/02/2014	11- FUNDEB 40%	C R F COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	18.116,50
577	13/02/2014	11- FUNDEB 40%	C R F COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	18.116,50
577	13/02/2014	11- FUNDEB 40%	C R F COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	18.116,50





Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 32/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2016 -TCE – Tribunal Pleno)**

577	05/06/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	18.001,10
577	21/05/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	17.000,02
577	04/04/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	15.001,31
577	16/04/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	8.000,00
577	20/08/2014	11- FUNDEB 40%	C R F COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO	3.333,00
577	23/07/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	3.316,00
577	26/08/2014	11- FUNDEB 40%	C R F COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO	1.440,00
577	23/07/2014	11-FUNDEB 40%	CRF Comércio de Derivados de Petróleo	1.440,00
<b>TOTAL</b>				<b>1.266.969,88</b>

**9.4- Glosar** o montante de **R\$ 2.670,76** (dois mil seiscentos e setenta reais e setenta e seis centavos), com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art. 304, III, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE, conforme restrição 32, referente aos valores deduzidos e não recolhidos em favor da prefeitura municipal de Rio Preto da Eva, decorrentes da contribuição de ISS, constante na tabela a seguir:

Empenho	Data	Fonte Recurso	Credor	Valor	ISS deduzido e não recolhido
155	02/01/2014	32- SALÁRIO EDUCAÇÃO	ANTONIO CARNEIRO MAJURUNGA	7.500,00	375,00
351	13/01/2014	11- FUNDEB 40%	L. PINHO DOS SANTOS ME	2.310,00	115,50
355	13/01/2014	11- FUNDEB 40%	MARCELO SILVA DOS SANTOS	4.000,00	200,00
576	12/02/2014	11- FUNDEB 40%	ROBERTO LIMA ALVES OLIVEIRA DE	12.880,00	644,00
1412	09/06/2014	11- FUNDEB 40%	N.R.SOUSA BRITO ME	26.725,27	1.336,26
<b>TOTAL</b>					<b>2.670,76*</b>

**9.5- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento do valor total do débito discriminados nos itens 4.1, 4.2 e 5, aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei 2.423/96;

**9.6- Fixar prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento do total das multas aplicadas aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, “a” da Lei nº 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei 2.423/96 c/c o art.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 32/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2016 -TCE – Tribunal Pleno)**

308, § 3º, da Resolução 04/2002-TCE/AM), autorizando desde **já a inscrição das penalidades na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva** em caso de não-recolhimento, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

**9.7- Recomendar à origem que:**

**9.7.1-** Providencie a identificação, através de carimbo de atesto, constando o nome legível e CPF do servidor;

**9.7.2-** Tome providências quanto à iniciativa de projeto de lei específica sobre concessão de diárias, seguindo as orientações do art. 9º, da Resolução TCE nº 05/2008;

**9.7.3-** Tome providências quanto à iniciativa de projeto de lei específica sobre reajustes anual da remuneração;

**9.7.4-** Atente para o adequado procedimento utilizado para as admissões, conforme dispõem os incisos, II e IX do art. 37, da CF/88, quando da realização de admissão de pessoas para o quadro da Prefeitura;

**9.7.5-** Quando do processamento do pagamento da folha de pessoal, faça constar o efetivo comprovante de depósito na conta de cada servidor, o qual pode ser requerido junto ao banco pagador;

**9.7.6-** Tome providências quanto á iniciativa de projeto de lei que reajuste o vencimento dos professores do município, enquadrando ao mínimo nacional da categoria de professores;

**9.7.7-** Regularize o pagamento da remuneração dos servidores do município em atraso, caso ainda não tenha sido providenciada;

**9.7.8-** Regularize os repasses dos empréstimos consignados ainda em atraso, caso não tenha sido providenciado; 8.9) Tome providências quanto à iniciativa de projeto de lei que defina critérios técnicos, claros e objetivos para concessão das gratificações em questão;

**9.7.9-** Não conceda gratificação de tempo integral a servidores investidos em cargo em comissão, caso ainda existente;

**9.7.10-** Regularize o cadastro dos atos de pessoal no Sistema de Atos de Pessoal - SAP;

**9.7.11-** Promova juntamente com o SAAE/RPE a realização de concurso público visando equipar o quadro efetivo da Autarquia;

**9.7.12-** Promova junto à Câmara Legislativa do Município, a iniciativa de lei sobre a regularização dos valores remuneratórios do quadro de pessoal da Autarquia;

**9.7.13-** Regularize os casos de nepotismo, caso existente; e, ainda, tome providências, especialmente no âmbito do controle interno, visando inibir tal ocorrência;

**9.7.14-** Regularize a situação de acúmulo de cargos, caso ainda existentes, por meio do chamamento de servidor, para convidá-lo a optar por um dos cargos. Caso essa providência seja infrutífera, que proceda à abertura de processo administrativo disciplinar, visando inibir a ocorrência desse tipo de irregularidade;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 32/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2016 -TCE – Tribunal Pleno)**

**9.8- Comunicar ao Ministério da Fazenda** (Secretaria da Receita Federal) acerca da inadimplência quanto ao não recolhimento das contribuições previdenciárias (segurado e patronal) no exercício financeiro de 2014;

**9.9- Encaminhar cópia** do processo ao **Ministério Público Federal** a fim de dar-lhe conhecimento acerca da apropriação indébita referente ao recolhimento das contribuições previdenciárias dos segurados da Prefeitura do Rio Preto da Eva, no exercício financeiro de 2014;

**9.10- Encaminhar cópia dos autos** ao **Ministério Público Estadual** para apuração e tomada das providências que entender cabíveis no âmbito de sua competência, relativamente às irregularidades apuradas nesta Prestação de Contas anual;

**9.11- Determinar à próxima Comissão que inspecionará o Município de Rio Preto da Eva**, fiscalizar o cumprimento do estabelecido no item 8.

**9.12- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno** que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

**10- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 07 de Junho de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral